

O DEBATE GEOESTRATÉGICO NOS ESTADOS UNIDOS: O LUGAR DA EURÁSIA, DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL E DO MÉXICO

Raphael Padula¹

RESUMO

O objetivo principal do artigo é apresentar o debate geoestratégico sobre a projeção de poder dos EUA, de acordo com a visão de seus autores mais relevantes: Zbigniew Brzezinski, Henry Kissinger, John Mearsheimer e Stephen Walt, Samuel Huntington e Robert Kaplan. A argumentação defendida é de que tais autores, embora enquadrem-se dentro da Escola Realista de Relações Internacionais, têm mostrado diferentes posicionamentos em relação ao lugar da Eurásia e do Hemisfério Ocidental, e do México em particular, na segurança e nas ações geoestratégicas estadunidenses. O artigo se apoia em livros e artigos originais dos autores, e muito marginalmente em entrevistas e textos secundários sobre os autores.

Palavras-chave: Estados Unidos. Geopolítica. Segurança.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: padula.raaphael@gmail.com

INTRODUÇÃO

A dimensão geográfica possui um papel central na formulação estratégica e de política externa dos Estados Unidos. Quais seriam as relações fundamentais para os EUA em termos de eixo geográfico? O eixo Norte-Sul, que aponta a prioridade das relações dos EUA com o Hemisfério Ocidental (América)?

O objetivo principal do artigo é apresentar o debate geoestratégico sobre a projeção de poder dos EUA, de acordo com a visão de seus autores mais relevantes: Zbigniew Brzezinski, Henry Kissinger, John Mearsheimer e Stephen Walt, Samuel Huntington e Robert Kaplan. A argumentação defendida é de que tais autores, embora enquadrem-se dentro da Escola Realista de Relações Internacionais, têm mostrado diferentes posicionamentos em relação ao lugar da Eurásia e do Hemisfério Ocidental, e do México em particular, na segurança e nas ações geoestratégicas estadunidenses.

Outras questões serão abordadas de forma marginal no artigo. Qual a importância ou limite dos gastos com defesa e vidas perdidas, ou especialmente do limite orçamentário do país emissor da moeda internacional (dólar) nessa discussão? Qual a importância dos diferentes grupos políticos e econômicos em uma discussão democrática sobre geoestratégia? Qual o papel da retórica e da ética na Política Externa estadunidense? Dessas questões derivam outras mais específicas, como, por exemplo: sobre a conveniência ou não dos EUA invadirem o Iraque e realizarem intervenções e manterem presença militar no Oriente Médio, enquanto a China tira proveito tendo acesso ao petróleo da região; os EUA devem ou não manter sua presença na OTAN, enquanto os europeus seriam irresponsáveis em termos de segurança e concentrariam seus recursos no seu sistema de “bem-estar”. Há ainda outra questão importante que será tratada aqui lateralmente, por questão de escopo, sobre quais instrumentos devem ser predominantemente utilizados na projeção externa dos EUA: geopolíticos, geoeconômicos ou econômicos².

Para isso, o texto está organizado da seguinte forma. Para situar o leitor no debate geoestratégico dos EUA, na primeira seção, será tratada a visão da Geopolítica Clássica, que apresenta a Eurásia como o continente

² Discussão abordada de forma ampla em Blackwill, R. & Haris, J. (2016), *War by other means...*, New York: CFR.

basilar. Na seção seguinte, serão abordadas as visões de Zbigniew Brzezinski e Henry Kissinger, tanto na análise do embate bipolar da Guerra Fria quanto no debate atual, que seguem apontando a Eurásia como prioridade geoestratégica dos EUA. A terceira seção dedica-se à visão de John Mearsheimer e Stephen Walt, que defendem que os EUA devem atuar através da estratégia *Offshore Balancing* na Eurásia. A quarta seção discorre sobre as visões de Samuel Huntington e Robert Kaplan, que apontam o hemisfério ocidental como a área fundamental de atuação dos EUA, na qual as ameaças adviriam principalmente da imigração e/ou da instabilidade mexicana e da latinização dos EUA – ainda que proponham diferentes soluções, como veremos adiante. Por fim, o texto é encerrado com uma seção de considerações finais e conclusões. O artigo se apoia em livros e artigos originais dos autores, e muito marginalmente em entrevistas e textos secundários sobre os autores.

A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA

Os autores da escola anglo-saxã trouxeram importantes contribuições para o debate da geopolítica clássica e para a formulação geoestratégica estadunidense, tanto à sua época como atual.

Antes mesmo, um dos *founding fathers* do EUA, Alexander Hamilton (1787), apontava que a união das treze colônias emergiria um grande sistema capaz equilibrar as relações de poder no Atlântico Norte e ditar os termos das relações entre o Velho e o Novo Mundo³. A Doutrina Monroe, anunciada pelo Presidente estadunidense ao Congresso em 1823, explicitou a preocupação com a projeção de potências externas no hemisfério ocidental, como perímetro de segurança dos EUA.

O almirante estadunidense Mahan (1890) estudou a evolução do domínio marítimo britânico como a fonte de sua supremacia. Ele salientou a importância do domínio de ilhas transoceânicas, de passagens estratégicas e portos continentais, para o controle de rotas marítimas estratégicas. Na verdade, este é um dos pilares da política externa britânica desde que abandonou sua política de tentar se expandir pelo continente europeu, após a guerra dos cem anos (1337-1453) contra a França. Assim, ao se tronar

³ Ele se mostrou especialmente preocupado com a atuação de potências europeias, especialmente Inglaterra e Espanha, atuando a partir de suas colônias na vizinhança estadunidense para enfraquecer o poder e a independência do EUA. Assim, Hamilton indica que a América – hemisfério ocidental – e especialmente a região da América Central e Caribe se enquadram no perímetro de segurança do EUA.

o evangelista do poder naval estadunidense, apontou como imprescindível no curto prazo o domínio do Mar do Caribe e do Golfo do México, assim como a construção de um canal transoceânico no istmo do Panamá sob o controle estadunidense, para que as suas marinhas de guerra e mercante auferissem maior capacidade de mobilidade entre os oceanos Atlânticos e Pacífico, proporcionando maior segurança territorial e maior expansão produtiva-industrial e comercial. Assim, o autor justificou o imperialismo do EUA na América Latina, por questões de segurança e de expansão industrial-comercial. Ainda, no médio prazo, apontou que o EUA deveria controlar o triângulo Panamá-Havaí-Alaska, para sua segurança no Pacífico, e emergir como um grande poder no Atlântico Norte.

Mas foi o geógrafo britânico Mackinder (1904, 1919), ao formular sua teoria da supremacia do poder terrestre, que apontou a Eurásia como o continente basilar para o equilíbrio ou disputa de poder global, por razões materiais: massa territorial, população, recursos econômicos e industriais, e poder militar. Na sua visão, o Estado (ou aliança) que dominasse a Eurásia controlaria os rumos da política mundial. Na verdade, olhando para um autêntico domínio terrestre exercido pela Rússia na área central da Eurásia, e ainda vislumbrando a possibilidade de aliança ou domínio com o poder terrestre imperial alemão na área central da Europa, Mackinder colocou em evidência um dos pilares da política externa britânica, praticados desde a expansão do Império Habsburgo nos séculos XV-XVI: estabelecer um poder dividido e equilibrado na Eurásia, sem deixar que nenhuma potência ou aliança alcance a supremacia no continente. Ou ainda, o princípio da política de contenção nas bordas da Eurásia, para evitar que o poder terrestre se torne anfíbio.

Já Nicholas Spykman (1942), holandês radicado nos EUA, sintetizou sua geoestratégia, partindo de sua posição geográfica singular e do princípio da balança de poder. O autor a um só tempo justifica o intervencionismo na Eurásia e a hegemonia no hemisfério ocidental. Ele observa que há um paralelismo geográfico entre a América do Norte e a Eurásia, apresentando a mesma vizinhança (Atlântico Norte, Pacífico Norte e Mar Ártico). Portanto, cercam-se mutuamente, estando próximas e interligadas por ilhas transoceânicas no Atlântico e no Pacífico – ainda mais com o avanço do poder aéreo e das tecnologias que proporcionam maior raio de alcance para a agressão militar. Assim, os EUA seriam uma ilha transoceânica cercada pelas extremidades da Eurásia, tendo como imperativo geoestratégico atuar permanentemente para

promover o equilíbrio de poder no continente, e dominar e instalar bases avançadas nas ilhas transoceânicas. Por isso não interessaria uma Federação da Europa formando um único ator com supremacia.

Na América, ou o hemisfério ocidental, a supremacia estadunidense não poderia ser ameaçada, dentro do seu objetivo mais amplo de segurança; não só na “América Mediterrânea” (Mar do Caribe e Golfo do México, incluindo Venezuela e Colômbia), mas também na “zona equidistante meridional” ao sul do Amazonas, para utilizar as referências espaciais de Spykman (1942). Por haver um desequilíbrio de poder tão grande e revelado, e também pela proximidade e continuidade geográfica, a política estadunidense deveria ser de hegemonia promovendo a permanente dependência política de seus Estados, e afastando a projeção e alianças de potências externas. Pois, na sua opinião, caso uma potência (ou aliança) viesse a dominar a Eurásia, os EUA devem formar um sistema autárquico integrado sob sua hegemonia na América, colocando todos os seus recursos à sua disposição, para compensar o poder dominante da Eurásia.

Quanto à relação entre valores morais e objetivos de poder, Spykman parece clarificar a retórica de atuação da política externa e geoestratégia estadunidenses:

“O homem de estado que conduz a política externa só pode tomar em conta os valores de justiça, equidade e tolerância na medida em que contribuam ao objetivo de poder ou enquanto não interfiram nele. Pode utilizá-los como instrumentos que desde o ponto de vista moral justifiquem a aspiração de poder, porém deve rechaçá-los no instante em que sua aplicação se traduza em debilidade. Não se busca o poder para o alcance de valores morais, porém se utilizam os valores morais para facilitar a aquisição de poder” (Spykman, 1942, p.26, tradução livre).

BRZEZINSKI E KISSINGER – A EURÁSIA COMO CONTINENTE BASILAR

A GUERRA FRIA

Após a Segunda Guerra Mundial, veio o período caracterizado pela bipolaridade e disputas geopolíticas entre EUA e União Soviética, que alcançaram uma escala global. A Geopolítica de Contenção praticada pelos EUA, formulada por George Keenan em seu “longo telegrama” e colocada em ação inicialmente pela Doutrina Truman, seguiram a ideia de que a Eurásia seria o continente basilar na disputa de poder global. Do ponto de vista retórico, o discurso de Truman colocou em relevo a luta do bem contra o mal. No âmbito da segurança, isso se cristalizou na formação da OTAN em 1949, envolvendo EUA, Canadá e os aliados da Europa Ocidental. Na extremidade oriental da Eurásia, os EUA estabeleceram acordos bilaterais de segurança com aliados, após a Revolução Comunista na China (1949) e a Guerra na Península da Coreia (1950). Brzezinski e Kissinger formularam visões geoestratégicas e guias de ação para os EUA neste cenário, mantendo o foco na Eurásia, tal qual os autores da geopolítica clássica.

Brzezinski, em *Game Plan* (1986), aponta a Eurásia como o continente basilar na confrontação entre EUA e URSS, por razões materiais, no mesmo sentido colocado por Mackinder, e geográficas e de balanço de poder, na linha de Spykman. Ainda, atribuiu uma razão geográfica para o conflito bipolar e seus possíveis desdobramentos, ao afirmar que se tratava de uma colisão histórica e imperial entre uma potência marítima transoceânica, que passou a incluir as bordas da Eurásia no seu perímetro de segurança, e um poder terrestre transcontinental, que tinha como imperativo geoestratégico a expansão para as bordas da Eurásia em busca de saída(s) para os mares quentes. A primeira tentava conter a segunda, mantendo-a confinada no interior da Eurásia, enquanto a segunda buscava expulsar a primeira e isolá-la no continente americano.

Para o autor, tal rivalidade pela Eurásia se desenvolveu em três frentes estratégicas, originadas em diferentes momentos, a saber: na extremidade ocidental da Eurásia – impulsionada entre 1947-1949 com a tentativa de ascensão comunista na Grécia e na Turquia e a Crise de Berlim; na extremidade oriental da Eurásia, ou Sudeste Asiático – originada com a Revolução Comunista na China em 1949 e a guerra na península da Coreia em 1950; no Sudoeste da Ásia, ou Oriente Próximo, impulsionada em 1979

pela invasão soviética ao Afeganistão e pela Revolução no Irã. Esta seria crucial para o controle das demais, em razão de sua importância para o abastecimento de petróleo, não só dos EUA, mas para os aliados. Portanto, para o poder de barganha e influência estadunidense nas outras frentes estratégicas, atuando como um garantidor do acesso, ou do funcionamento do “mercado”, além de negar acesso a rivais revelados ou potenciais. Isso se cristalizou na chamada Doutrina Carter formulada por Brzezinski, sintetizada pelo Presidente no seu discurso ao Congresso⁴.

Embora não desenvolva suas reflexões fundamentadas em fatores geográficos, mas em termos de balança de poder, Kissinger em *Diplomacia* destaca a importância da estratégia estadunidense para a Eurásia como um elemento basilar para sua supremacia e rivalidade diante da URSS. Na referida obra, destaca que a partir da percepção de temor mútuo entre URSS e China, formulou e trabalhou junto ao Presidente Nixon na diplomacia triangular como estratégia geopolítica dos EUA frente à URSS e à China, aproximando o primeiro da última como forma de enquadrar o principal rival.

Ambos, Brzezinski e Kissinger, encaram a supremacia hemisférica dos EUA como um fator permanente na sua geoestratégia no âmbito da Guerra Fria. Portanto, a América Latina é vista como uma área periférica mas de intervenção contínua dos EUA. Vale colocar em relevo as formulações de James Burnham, em *The Struggle for the World* (New York: The John D Company, 1947), na qual a visão geopolítica de contenção é ampliada para regiões mais periféricas onde a penetração do comunismo se caracterizaria pela criação de redes de subversão. Nessas áreas e países, os EUA deveriam atuar apoiando a contenção da guerra revolucionária e insurrecional.

O PÓS-GUERRA FRIA – SÉCULO XXI

No debate geoestratégico dos EUA no século XXI -após a clara ascensão da China e a retomada de uma política assertiva da Rússia -, Brzezinski e Kissinger seguem apontando a centralidade das relações Leste-Oeste em suas análises e recomendações geoestratégicas. Ou seja, os países do Hemisfério Norte e mais especificamente o equilíbrio de

⁴ “Let our position be absolutely clear: An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force”. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=33079>

poder na Eurásia a ser promovido pelos EUA seguem fundamentais. Mas, dependendo da conjuntura, direcionam o foco específico e intensidade de atuação da Política Externa e de Segurança em diferentes áreas da Eurásia, conjugando tática e estratégia.

No livro *Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power* (2012a), assim como no artigo *Balancing the East, Upgrading the West - U.S. Grand Strategy in an Age of Upheaval* (2012b), Brzezinski aponta desafios e caminhos para que os EUA mantenham sua posição de primazia. Para ele, é preciso que os líderes políticos compreendam o novo cenário geopolítico e o papel dos EUA, traçando uma estratégia de longo prazo (2012a, p.121).

Quanto às suas recomendações à geoestratégia estadunidense, começa deixando claro que é fundamental promover um equilíbrio geopolítico novo e estável na Eurásia, “de longe, o continente mais importante do mundo” (2012a, p.130), geopoliticamente axial por questões materiais, citando Mackinder. No entanto, na sua visão, os EUA desperdiçaram a oportunidade de avançar no vácuo de poder pós Guerra Fria, quando emergiu como único superpoder global⁵. A Europa está menos unida e mais fraca (se tornou uma extensão do Ocidente, sem visão estratégica e dependente militarmente dos EUA), enquanto Turquia e Rússia ficaram à margem da comunidade ocidental, e no Oriente a China tem crescido em termos econômicos, políticos e militares, criando rivalidades reais e potenciais. Assim, para ele, atualmente a Eurásia apresenta volatilidades que a colocam como a arena central da geopolítica global: “Both the most immediate foreign policy threat to America’s global status and the longer-range challenge to global geopolitical stability arise on the Eurasian continent” (2012a, p.123). As ameaças imediatas provêm do leste do Canal de Suez, do oeste da província chinesa de Xinjiang, e da fronteira sul pós-soviética (do Cáucaso e da Ásia Central). O desafio de longo prazo é a contínua mudança do centro de gravidade (da distribuição de poder global) do Ocidente para o Oriente, da Europa para a Ásia, e possivelmente dos EUA para a China. Esta impõe a necessidade de uma visão geoestratégica de longo prazo visando a promoção de um equilíbrio

⁵ Para Brzezinski, a política de “guerra ao terror” de George W. Bush transformou os EUA em um “Estado cruzadista”, deixando-o despreparado para encarar os novos desafios geopolíticos do século XXI e carente de uma visão estratégica de longo prazo, o que levou a uma deterioração do seu poder relativo. O Presidente Obama não teria promovido as mudanças necessárias e, mesmo com seu carisma e retórica, teria falhado na tarefa de falar diretamente à população estadunidense sobre as mudanças no papel dos EUA no mundo, suas implicações e demandas (IDEM, p.122).

de poder transcontinental na Eurásia (IDEM).

Para isso, ele propõe que os EUA devem atuar como o promotor e garantidor de um renovado “Ocidente Ampliado” (Larger West), envolvendo a Turquia e a Rússia, de forma gradual, por meio de um processo de democratização e eventualmente aderindo às normas do “Ocidente”. Esse objetivo de longo prazo poderia ser alcançado no segundo quarto do século XXI⁶.

O outro tabuleiro seria o “Oriente Complexo”, na região Ásia-Pacífico, onde os EUA deveriam atuar como um promotor do equilíbrio regional de “Um Novo Oriente Estável e Cooperativo”. Para ele, por seu peso econômico e demográfico frente a uma Europa declinante, essa região é central para a estabilidade global. No entanto, apresenta enorme potencial de eclodir um conflito local que pode arrastar os EUA e levar a uma guerra maior. Isto se deve às disputas pelo posto de maior potência regional combinado com ressentimentos, desconfianças, contenciosos e conflitos históricos, envolvendo também aliados estratégicos dos EUA. Para Brzezinski, as ambições chinesas se tornam cada vez mais claras, assentadas em assertividade nacionalista, modernização nacional, e paciência histórica, e despertam medo e rivalidades históricas com Japão e Índia, por exemplo. Assim, os EUA deveriam ajudar os países a evitar uma batalha pelo domínio da região, mediando conflitos e promovendo o equilíbrio entre potências rivais. Mas alerta que os EUA não podem mais impor um equilíbrio de poder à região (BRZEZINSKY, 2012a).

Na visão de Brzezinski (2012a), os EUA deveriam se aproximar da China, e não só diminuir as possibilidades de um conflito EUA-China, mas também trabalhar para que não haja erro de cálculos e conflitos entre Japão e China, China e Índia e China e Rússia. Devem buscar estabelecer um triângulo estratégico de cooperação entre EUA-Japão-China, envolvendo uma duradoura reconciliação entre China e Japão, e atuar dentro do princípio de que os EUA devem manter obrigações com Japão e Coreia do Sul, mas ao mesmo tempo não permitindo ser arrastado para uma guerra

⁶ A Turquia se destacaria por sua influência histórica na área do antigo Império Otomano, por atuar como uma ponte de acesso da Europa ao Mar Cáspio e a Ásia Central (via aliança com Geórgia e Azerbaijão), que são áreas disputadas com a Rússia, e por ter sido em parte já incorporada ao Ocidente através da OTAN. A relevância da Rússia se deve à sua posição geográfica central e transcontinental na Eurásia, e por ter em sua orientação geoestratégica a retomada do status de antigo império, que busca influência sobre a Ásia Central e sobre parte da Europa dividida. Assim, nessa tarefa, a liderança dos EUA na OTAN seria imprescindível, assim como trabalhar por uma Europa unida, fomentando a cooperação entre seus atores-chave.

entre potências asiáticas. Aponta que nesse quadro conflitivo potencial, sua estabilidade depende em parte de como os EUA vão lidar com dois triângulos regionais sobrepostos centrados na China, onde ele pode ser um ator-chave para alterar equilíbrios e resultados (Idem, p.162). Primeiro, o triângulo China-Índia-Paquistão, que envolve a primazia na Ásia entre os dois primeiros, numa relação inerentemente competitiva e antagônica, tendo o terceiro como ponto regional de contenção. Nesse caso, o papel dos EUA deve ser cauteloso e prudente, especialmente na aliança com a Índia, evitando envolvimento militar, para não despertar ou legitimar uma hostilidade nacionalista chinesa, que inclusive interessaria à Rússia. A conveniência de tal postura já não ficaria clara no segundo triângulo, China-Japão-Coreia do Sul, no Sudeste da Ásia, por envolver a questão da primazia da China frente à posição dos EUA no Pacífico⁷. De qualquer forma, um Japão fortalecido e ativo traria uma contribuição importante para a estabilidade global.

Por fim, Brzezinski (2012a, p.181) afirma que se os EUA forem bem-sucedidos no Ocidente, formando uma ampla zona de cooperação democrática e estável estendendo-se da América do Norte à Europa através da Eurásia (eventualmente envolvendo Rússia e Turquia), na direção do Japão e Coreia do Sul, isso elevaria o apelo dos princípios centrais do Ocidente frente a outras culturas, encorajando a emergência de uma cultura política democrática universal.

Kissinger, em *Word Order* (2014), aponta que os EUA precisam de uma estratégia e de uma diplomacia à altura de suas metas – manter sua supremacia – e da complexidade da(s) ordem(s) internacional(is) atual. Ao destacar a importância geopolítica e histórica para os EUA da parceria atlântica, de sua renovação e continuidade, Kissinger (2014, p.99) assinala que é fundamental apoiar a União Europeia e evitar que ela desande para um vácuo político: “Separados da Europa no plano da política, da economia e da defesa, os Estados Unidos, em termos geopolíticos, se tornariam uma ilha ao largo da Eurásia, e a própria Europa poderia ser um prolongamento das extensões da Ásia e do Oriente Médio” (Idem, p.374).

Kissinger aponta que a ordem internacional na Ásia é historicamente caracterizada pela participação de Potências Externas,

⁷ “For America, therefore, the task is to disentangle which aspects of China’s external ambitions are unacceptable and pose a direct threat to vital American interests, and which aspects reflect new historical geopolitical and economic realities that can be accommodated, however reluctantly, without damage to key US interests” (IDEM, p.174).

atualmente marcada por uma “variedade de grupos multilaterais e mecanismos bilaterais” (Idem, p.210), alguns puramente regionais e alguns com participação inclusive dos EUA ou da Rússia. Na opinião do autor, a região apresenta uma complexidade geoestratégica pelas suas rivalidades regionais e apresenta duas balanças de poder: uma no Sul e outra no Leste. Embora tenha procurado não tratar da balança do Sul após sua retirada do Afeganistão, para ele, os EUA não poderão deixar de atuar na mesma, pois deixariam um vácuo de poder para expansionismos e rivalidades que levaria à confrontação. Para ele, no leste da Ásia, os EUA “não são tanto um promotor do equilíbrio como parte integral do equilíbrio” (Idem, p.234). Há vários equilíbrios nessa área, inclusive um entre EUA, Japão e China. Para ele, a atuação dos EUA exigirá moderação, força e legitimidade, combinando equilíbrio de poder com o conceito de parceria, para evitar uma confrontação militar ou uma hegemonia chinesa.

Sobre as relações EUA-China, na visão de Kissinger, mesmo que os EUA declinem, os líderes estatais chineses sabem que preservarão muito do seu poder. Para ele, nenhum país sozinho tem a capacidade de exercer o papel de liderança dos EUA. Mas percebe que a China representa um desafio estrutural na distribuição de poder global. Por isso, é preciso evitar uma tragédia, como as guerras hegemônicas que ocorreram na Europa no início do século XX. A relação entre EUA e China deve ser regida pela busca de equilíbrio baseado tanto no poder quanto na legitimidade - olhos na balança de poder ao buscar normas para estabelecer legitimidade e cooperação, e vice-versa (Idem, p.369).

No cenário pós Guerra Fria, ambos autores, Brzezinski e Kissinger, seguem com a visão de que a supremacia hemisférica dos EUA é uma tarefa irrevogável. Brzezinski, ao se aprofundar sobre o assunto, e olhando para a expansão chinesa na região e a ascensão de governantes críticos às políticas de Washington, recomenda que os EUA devem atuar cuidadosamente para não despertar e legitimar posições contrárias nas sociedades dos países. Sobre o México, Brzezinski (2012a, p.104-8) afirma que os EUA deveriam cooperar pelo desenvolvimento através do NAFTA e pela segurança através do apoio ao combate aos cartéis de drogas, o que significa, do nosso ponto de vista, uma relação vertical ou hierarquizada. Ressalta que um EUA declinante levaria a um nacionalismo protecionista e anti-imigração estadunidense e a revanchismo e reivindicações de territórios perdidos por parte do México. Nesse contexto, a China desempenharia um papel mais relevante no hemisfério ocidental, perímetro de segurança e área de

interesse estratégico dos EUA.

Sumarizando, Brzezinski e Kissinger atribuem importância fundamental à atuação e permanência dos EUA na Eurásia e na OTAN. O primeiro se mostra um legítimo herdeiro da geopolítica clássica, enquanto o segundo embasa sua análise em uma política de equilíbrio de poder global. A atuação no Oriente Médio também aparece como importante para ambos autores, não importando os custos econômicos de tais ações, que são compensados pelos ganhos estratégicos - enquanto muitos analistas apontam que a China se aproveita da presença militar e estabilidade promovida e bancada pelos EUA na região. A partir da visão desses autores (ou mesmo de KLARE, 2008), podemos interpretar que o ganho do controle no Oriente Médio, especialmente em momentos de crise e conflitos, é fundamental para: a influência ou poder de barganha sobre aliados e negar ou controlar o acesso de rivais revelados ou potenciais. É importante ressaltar que nas análises geoestratégicas tanto de Brzezinski quanto de Kissinger, as preocupações centrais (prioridades) são em discutir e delinear objetivos geoestratégicos (de segurança) que não devem ser limitados por debates economicistas e orçamentários. Ainda que Brzezinski (2012) vislumbre que no longo prazo o endividamento dos EUA, diante de um crescente credor que é um potencial contestador de sua posição de supremacia, que seria a China, poderia levar a uma vulnerabilidade e a um questionamento da hegemonia estadunidense e de sua moeda internacional.

No entanto, esmiuçando as obras, entrevistas e palestras dos autores, é possível encontrar diferenças, especialmente nas suas visões sobre as relações EUA-China e EUA-Rússia. Kissinger (2014) destaca as relações triangulares com China e Japão e com Rússia e China. Ele critica a demonização da Rússia. Afirma que ela deve ser abordada como uma Grande Potência na estratégia e nas negociações diplomáticas pelos EUA, sendo preciso que este adapte (e não “reset”) suas relações com a Rússia diante das circunstâncias atuais (KISSINGER, 2016a). Assim os EUA não podem chegar e impor um “plano pronto”, tampouco a encarar como um membro potencial-natural da OTAN, que aderiria automaticamente às regras do “Ocidente”. É preciso entender a história e a natureza da insegurança russa, assim como sua importância geográfica, órbita de influência e natureza expansionista. Só assim é possível estabelecer relações que busquem reconhecer suas características especiais, mas também compreender as necessidades dos EUA. Para Kissinger, “The goal should be to

find a diplomacy to integrate Russia into a world order which leaves scope for cooperation". (KISSINGER, 2015).

Kissinger argumenta sobre a possibilidade de uma geopolítica triangular EUA-Rússia-China, com os EUA se aproximando do vértice mais fraco para se contrapor ao mais forte entre os concorrentes, nos moldes da estratégia praticada por ele e Nixon frente à URSS. Atualmente, o desafio estrutural para os EUA está na China (KISSINGER, 2015). Por isso, "In the emerging multipolar order, Russia should be perceived as an essential element of any new global equilibrium, not primarily as a threat to the United States". (KISSINGER, 2016b) Deve-se ter em conta que Kissinger não acredita que China e Rússia possam estabelecer uma reaproximação devido às suas naturezas. Na sua visão, se a Rússia mostra claramente querer isso, é em parte porque os EUA não lhe deixaram escolha. Finalmente, para Kissinger, "(...) the challenge of China is a much subtler problem than that of the Soviet Union. The Soviet problem was largely strategic. This is a cultural issue: Can two civilizations that do not, at least as yet, think alike come to a coexistence formula that produces world order?" (KISSINGER, 2015).

Brzezinski, a partir da crise de 2008, passou a advogar a formação de um G2 ("group of two") informal entre China e EUA, baseado na interdependência e interesse comum entre ambos, cooperando em uma espécie de hegemonia compartilhada, na qual os Estados reconhecem a importância econômica chinesa – e da prática de um "keynesianismo" orientado a impulsionar a economia estadunidense – enquanto mantem seu papel/supremacia político-militar e tecnológico⁸. Na sua obra, as possibilidades de uma parceria e cooperação entre EUA e Rússia aparecem sempre como remotas, devido aos antagonismos geográficos e consequentes divergências geopolíticas, explicitados, por exemplo, após a crise da Ucrânia.

MEARSHEIMER E WALT: A POLÍTICA DE OFFSHORE BALANCING

No artigo "*The Case for Offshore Ballancing*", Mearsheimer e Walt (2016) definem que esta política consiste nos EUA atuarem apoiando potências aliadas regionais diante da ascensão de outra(s) potência(s) regional(is) hostil(s) que venham a ameaçar o equilíbrio de poder em

⁸ Brzezinski, "The Group of Two that could change the world", Financial Times, January 13, 2009. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d99369b8-e178-11dd-afa0-0000779fd2ac>.

determinada região. Os autores advertem: *“Offshore balancing is a realist grand strategy, and its aims are limited. Promoting peace, although desirable, is not among them”*. (Mearsheimer, Walt, 2016, p.73). Diferente dos isolacionistas, defendem que há regiões fora do hemisfério ocidental nas quais vale a pena despende recursos orçamentários e vidas. Mas não deixam de enfatizar a necessidade de diminuir tais gastos, para que se possa investir em outras áreas, assim como os europeus devem arcar com os gastos na sua própria segurança e ter maior atenção e responsabilidade na hora de lidar com a Rússia. Portanto, preocupam-se com limitações orçamentárias.

Os autores dividem a Eurásia em três regiões: Europa; Golfo Pérsico; Nordeste Asiático. Nas duas primeiras, os EUA não precisam estar presentes, enquanto na última devem ter a maior atenção em relação à ascensão da China: *“The first two are key centers of industrial power and home to the world’s other great powers, and the third produces roughly 30 percent of the world’s oil”* (Idem).

Quanto ao objetivo de manter a hegemonia no hemisfério ocidental, este aparece como crucial para seu objetivo de supremacia global:

By pursuing a strategy of “offshore balancing,” Washington would forgo ambitious efforts to remake other societies and concentrate on what really matters: preserving U.S. dominance in the Western Hemisphere and countering potential hegemonies in Europe, Northeast Asia, and the Persian Gulf. Instead of policing the world, the United States would encourage other countries to take the lead in checking rising powers, intervening itself only when necessary. This does not mean abandoning the United States’ position as the world’s sole superpower or retreating to “Fortress America.” Rather, by husbanding U.S. strength, offshore balancing would preserve U.S. primacy far into the future and safeguard liberty at home. (Mearsheimer, Walt, 2016, p.71)

Para eles, as intervenções militares deteriorariam o poder moral estadunidense, com a tentativa de impor valores, ao invés de focar em

ser um exemplo que outros irão querer emular (Idem, p.83⁹). No entanto, seguindo sua contínua marcha de crescimento econômico e projeção externa, preveem que no longo prazo a China não pode ascender pacificamente (Idem; MEARSHEIMER, 2004) e inevitavelmente os EUA deverão se envolver no balanço regional:

(...) it is hard to foresee a serious challenge to American hegemony in the Western Hemisphere, and for now, no potential hegemon lurks in Europe or the Persian Gulf. Now for the bad news: if China continues its impressive rise, it is likely to seek hegemony in Asia. The United States should undertake a major effort to prevent it from succeeding. (Idem, 2016, p.81)

Os autores defendem que os EUA devem encerrar sua participação na OTAN, e a presença de forças militares na região, visto que não haveria nenhuma ameaça de domínio vinda de uma potência hostil. Alemanha e Rússia seriam os potenciais desafiadores, mas prevê que ambas perderiam poder relativo em razão do encolhimento e envelhecimento de suas populações, e não ameaçariam os interesses dos EUA ou se projetariam para o hemisfério ocidental, sua maior preocupação em termos de segurança. Resumem: *“Admittedly, leaving European security to the Europeans could increase the potential for trouble there. If a conflict did arise, however, it would not threaten vital U.S. interests”* (2016, p.82).

Já no Golfo Pérsico, para eles, nenhum poder local estaria em condições de dominar a região, então os EUA poderiam retirar a maior parte de suas forças e voltar a adotar uma estratégia de offshore balancing. A China irá buscar aliados na região, e o Irã seria o principal da lista, então os EUA deveriam buscar boas relações com o Irã e desestimular a sua cooperação em segurança com a China. Ainda, devido ao potencial peso relativo do Irã frente aos vizinhos, em termos populacional e econômico, ele talvez se coloque em posição de dominar a região. Nesse caso, os EUA deveriam apoiar outros Estados do Golfo para promover o equilíbrio de poder frente ao Irã, *“calibrando seus próprios esforços e presença militar à magnitude do perigo”* (Idem, p.82-83).

⁹ Mearsheimer, no livro *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*, destaca de forma crítica a importância do lobby israelense na invasão ao Iraque, por exemplo.

Para Mearsheimer e Walt, seguindo tais passos, os EUA poderiam concentrar mais suas forças no desafio principal na Ásia, a China, e defender sua imprescindível hegemonia hemisférica, inclusive prevenindo alianças de potências externas com Estados da região. Ao mesmo tempo, diminuindo seus gastos com defesa e concentrando-os mais em necessidades internas (Idem, p.83).

HUNTINGTON E KAPLAN: FOCO NAS RELAÇÕES NORTE-SUL, NO MÉXICO E NA “LATINIZAÇÃO”

Tanto Robert Kaplan, em *The Revenge of Geography* (2015), quanto Samuel Huntington, em *Who are we? The Challenge to America's National Identity* (2004), afirmam que o destino dos EUA está no eixo Norte-Sul e na sua relação com o México. Para Kaplan (2015, p.339), isso tende a se ampliar com a recém inauguração da ampliação do Canal do Panamá.

Ambos autores identificam o México e a América Central como potências demográficas. O México possui mais de 110 milhões de habitantes, cerca de um terço da população dos EUA, crescendo mais rapidamente e apresentando média de idade mais jovem. A América Central registra mais de 40 milhões de habitantes. Assim, México e América Central somam mais da metade da população estadunidense. Enquanto a idade média nos EUA é de 37 anos; no México é de 25 anos, na Guatemala e em Honduras 20 anos. Ainda, os EUA recebem 85% das exportações do México e 50% da América Central (KAPLAN, 2015, p.339). Mas Kaplan adverte criticamente que o México não habita no imaginário ou nas preocupações das elites da Costa Leste dos EUA, como outros países, embora suas relações sejam cruciais (Idem, p.340-341).

Na visão de Kaplan, México-EUA-Canadá formam o mais crucial dos satélites que orbitam a Eurásia, continente basilar de Mackinder. Ao mesmo tempo, o México possui um território fragmentado geograficamente, carente de unidade¹⁰. Em razão disso, ele aponta que há uma inegável e silenciada unificação entre o Norte do México (separado do restante do país) e o Sudoeste dos EUA. E caso o México fracasse em sua ofensiva militar, os EUA terão que conviver com 3 mil km de fronteira com

¹⁰ Kaplan destaca que “A Península de Yucatán e a região da Baja California são ambas basicamente separadas do resto do território, que por sua vez é diabolicamente fragmentado. (...) O fato de a maioria dos assassinatos relacionados a drogas ocorrer em apenas 6 dos 32 estados mexicanos, sobretudo no Norte, é mais um indicador de como o Norte está se separando do restante do país” (Idem, p.341-2).

um narcoestado fragmentado, sem controle funcional sobre seu território norte e suas fronteiras.

Huntington (2004, p.69) defende o argumento de que a história latina estava se deslocando para o Norte, penetrando nos EUA, e assim transformando o caráter estadunidense. Para ele, descrever os EUA como uma nação de imigrantes é uma meia verdade parcial. Pois o país é uma nação tanto de povoadores anglo-protestantes quanto de imigrantes, mas os primeiros forneceram a matriz filosófica e cultural da sociedade que fazem os EUA serem quem são (diferente de países povoados por católicos franceses, portugueses ou espanhóis). Mais importante, a adoção da cultura anglo-protestante é um requisito para que os imigrantes se tornem americanos. Os EUA nasceram protestantes, de onde emerge o liberalismo clássico americano. Do protestantismo resultam, em última instância, a dissensão, o individualismo, o republicanismo. Mas esse credo pode acabar sendo sutilmente desmontado pela instalação de uma sociedade hispânica, católica e pré-iluminista.

Assim, Huntington identifica a imigração mexicana como uma ameaça, que busca a reconquista demográfica de áreas perdidas para os EUA nos anos 1830-40. Ela se apresenta como uma onda de imigração não diversificada e não dispersa, onde 50% dos imigrantes que são hispânicos compõe uma multidão homogênea – um grande fluxo com a mesma matriz cultural, linguística, religiosa e nacionalmente mexicana - que vai para uma região definida contígua ao México, o Sudoeste dos EUA, algo nunca vivido antes pelos EUA. Por isso torna menos provável a assimilação. Eles mantêm seu idioma através de gerações e desfrutam da sensação de estar em casa. Ainda há um índice de naturalização baixo entre os mexicanos. A partir disso, Huntington traz a ideia de “comunidade recordada”, com memória histórica de si mesma. Olhando para a dinâmica demográfica-espacial, ele aponta que os mexicano-americanos representam 12,5% da população dos EUA (fora outros hispânicos), e estima que um terço da população dos EUA pode ser hispanofônica em 2050. Nas palavras de Huntington (citado em KAPLAN, 2015, p.345), “Nos anos 2000, seis das doze cidades mais importantes do lado estadunidense eram mais de 90% hispânicas, e apenas duas (San Diego, na Califórnia, e Yuma, no Arizona) eram menos de 50% hispânicas em sua composição”. A partir disso, aponta-os como ameaça geopolítica: “Nenhum outro grupo de imigrantes na história americana fez ou estava em condições de fazer uma reivindicação histórica sobre o território americano. Os mexicanos e os

mexicano-americanos não só podem fazer essa reivindicação como de fato a fazem” (HUNTINGTON, 2004, p. 232).

A estratégia apontada por Huntington como solução é o recurso ao nacionalismo, com o objetivo de preservar a cultura e os valores anglo-protestantes em face à latinização dos EUA. Desdenha do cosmopolitismo das elites. Aí teria papel fundamental o controle hercúleo das fronteiras, não importa o que se passar do lado mexicano.

Kaplan (2015) parte do mesmo diagnóstico, mas apresenta diferentes previsões e estratégias. Para ele, a solução proposta por Huntington não poderia subsistir mais do que no curto prazo. Ele identifica que há uma conexão orgânica – geográfica, histórica e demográfica – esmagadora entre México e EUA. Por conta disso, não se pode esperar manter um grau de pureza e certa dose de cosmopolitismo seria inevitável. Os EUA devem emergir no século XXI como uma nação mista, polinésia e mestiça, orientada no sentido Norte-Sul, do Canadá ao México, em termos raciais, de pele mais clara. Tornar-se-iam a mais proeminente e aquecida zona franca do planeta para transações comerciais, lugar de residência preferido da elite global. Assim os EUA vão continuar usufruindo de imigrantes através de leis de imigração (incluindo brain drain), e em demasia de mexicanos. Para Kaplan, o nacionalismo necessariamente será um pouco diluído, mas não a ponto de privar a identidade própria ou enfraquecer as Forças Armadas. Mas ressalta que isso requer que o México seja bem-sucedido, não falido, especialmente no combate aos cartéis de drogas, combinado com supostos benefícios do NAFTA. Para ele, um México estável e próspero, trabalhando de forma harmônica, seria maior vitória para os EUA que qualquer outra no Oriente Médio, e formaria uma combinação geopolítica imbatível. Caso contrário, instalar-se-á o quadro temido por Huntington. Kaplan vislumbra: “Um México pós-cartéis, associado a uma Colômbia estabilizada e pró-americana (hoje, quase um fato), amalgamaria o primeiro, o terceiro e o quarto maiores países do Hemisfério Ocidental em termos populacionais, facilitando a continuidade da influência americana sobre a América Latina e o Grande Caribe” (Idem, p.347).

Na visão de Kaplan, no longo prazo, um EUA com fronteiras fechadas e nacionalista não poderia coexistir com um México disfuncional e semicaótico. México e EUA caminham para uma conjunção, mas “em que termos” depende de suas políticas. Assim, propõe que a solução para os EUA seria integrar e desenvolver o México, gerando o ambiente adequado

para a criação de uma “nação na zona temperada da América do Norte”. Os imigrantes hispânicos chegam em busca de trabalho “e, portanto, estão dispostos a trabalhar duro em troca de benefícios materiais. Assim, vão sendo transformados pela ética de trabalho anglo-protestante ao mesmo tempo em que transformam a cultura anglo-protestante americana” (Idem, p.351). Para Kaplan (2015, p.352), a capacidade dos EUA de formar uma espécie de “supra estado” coeso e bilíngue com México e Canadá afetará o seu poder em todas as esferas (moral, cultural, política e até militar) e determinará sua interação com a Eurásia. O México conectado aos EUA, como este e o Canadá estão, seria um aliado íntimo e confiável, inclusive em fóruns internacionais. Avalia, por fim, que os temores de Huntington são justificados, mas “a solução que está parcialmente errada”.

Ao afirmar que “Uma Eurásia unificada e orgânica vai demandar, como contrapeso, uma América do Norte unificada e orgânica, do Ártico canadense às selvas centro-americanas” (Idem), completa apontando que não cuidar do México e América Central significa jogá-los a um comportamento hostil e deixar a Eurásia mais próxima. Por isso, propõe que é necessário envolver o Grande Caribe em uma zona de livre comércio e migração sob o domínio dos EUA, com as populações mais jovens e crescentes do México e América Central fornecendo força de trabalho para os EUA demograficamente envelhecido. Referenciando Mackinder e Spykman, Kaplan afirma que é preciso manter o poder equilibrado na Eurásia, mas ressalva que o grande foco da geoestratégia estadunidense deve estar na unificação da América do Norte: “Assegurar que nenhuma potência isolada no Hemisfério Oriental não se torne indevidamente dominante, de modo a representar uma ameaça para os Estados Unidos em seu próprio hemisfério, será uma tarefa muito mais fácil se, antes de mais nada, trouxermos a unidade ao Hemisfério Ocidental” (KAPLAN, 2015, p.353). E, na sua visão, a razão para o equilíbrio vai além da proteção dos EUA, pois a estabilidade da Eurásia permitiria introduzir a causa liberal numa dimensão global. Do nosso ponto de vista, este argumento de Kaplan busca incluir uma dimensão ética na retórica da ação geoestratégica estadunidense por ele proposta.

Sobre a presença militar dos EUA no Oriente Médio, e o debate sobre a invasão ao Iraque em 2003, ao qual se posicionou de forma contrária, Kaplan (2015, p.332) aponta que a China será a maior beneficiada pela estabilização do Afeganistão e Paquistão, “construindo estradas e dutos energéticos na região, em busca por energia, minerais e metais estratégicos”.

No entanto, sobre uma retirada precipitada e abrupta das tropas, afirma que “pelo mero fato de termos invadido esses lugares e lá permanecido por tanto tempo, passamos a ser profundamente afetados pelo desenrolar dos acontecimentos de lá” (Idem, p.333). As análises preocupadas com retirada rápida focam nos custos econômicos já incorridos. Enquanto a preocupação de Kaplan seria se há salvação para a hegemonia dos EUA, como preservar o equilíbrio de poder na Eurásia, com uso seletivo de tropas, sem ser inundado ao longo das décadas por mexicanos fugindo de um estado falido. Para ele, o isolamento geográfico é uma benção que não deve ser desperdiçada por uma estratégia expansionista, mas os EUA ainda não cometeram nenhum erro crucial. Apenas precisam evitar intervenções onerosas (Idem, p.238-239; p.334).

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ALGUMAS CONCLUSÕES

Kissinger e de Brzezinski seguem a geopolítica clássica no sentido de apontar a Eurásia como o continente basilar para o equilíbrio e os rumos da política de poder global; e colocando os objetivos estratégicos acima de qualquer discussão sobre custos econômicos. Para Brzezinski e Kissinger, a presença militar na OTAN, no Oriente Médio e no Sudeste da Ásia são irrevogáveis.

A discussão sobre limite e escolhas orçamentárias está presente em autores como Mearsheimer & Walt e Kaplan. No entanto, Kissinger e Brzezinski não discutem este tema pois encaram os gastos com defesa como prioridade estratégica. Na verdade, tal discussão perderia relevância se tais autores observassem que os EUA emitem a moeda internacional sem lastro, não enfrentando limites nos seus gastos e endividamento (MEDEIROS & SERRANO, 2001).

Embora a hegemonia hemisférica apareça como um consenso para todos os autores aqui abordados, Brzezinski e Kissinger apontam que as relações fundamentais para a geoestratégia dos EUA estão no eixo Leste-Oeste, entre os países do hemisfério norte. Mearsheimer e Walt relativizam a participação dos EUA na Eurásia, inclusive recomendam a saída da OTAN. Para eles, tal participação deve se dar de forma seletiva e levando em conta limites e escolhas nos gastos orçamentários e de vidas, embora observem a necessidade de uma atuação incisiva no Leste da Ásia diante da projeção chinesa. A proposta dos autores é de que os EUA devem se concentrar em manter sua hegemonia hemisférica para manter sua proeminência e projeção global, atuando nas regiões da Eurásia

através da política de offshore balancing, delegando a potências regionas aliados o papel de promover o equilíbrio de poder. Já Huntington e Kaplan identificam as relações Norte-Sul como fundamentais, observando o México e a latinização dos EUA como a ameaça geopolítica maior, partindo da dinâmica migratória e da identidade da sociedade estadunidense. No entanto, eles não propõem a mesma solução. O primeiro propõe o nacionalismo como saída, enquanto Kaplan propõe a integração da América do Norte como fundamental para fortalecer os EUA em sua relação frente a Eurásia. Kaplan é extremamente crítico à participação dos EUA na OTAN e sua presença militar no Oriente Médio, propondo uma saída cuidadosa.

Vale ressaltar um ponto passível de crítica na análise de Kaplan. Ele confia o desenvolvimento do México a supostas oportunidades geradas pelo NAFTA, que de fato não levaram atividades de maior valor agregado e intensidade tecnológica ao país, mas somente empresas estadunidenses em busca de atividades de “maquila”, aproveitando a mão-de-obra barata e desqualificada, pagando baixos salários. Assim, tanto a pauta importadora quanto a exportadora do país registraram aumento da participação de bens industriais de alta intensidade tecnológica, mas gerando pouca renda e riqueza no país (UNCTAD, 2003).

THE GEOSTRATEGIC DEBATE IN THE UNITED STATES: THE PLACE OF EURASIA, THE WESTERN HEMISPHERE AND OF MEXICO

ABSTRACT

The main objective of the paper is to present the geostrategic debate on the projection of United States power, according to the vision of its most relevant authors: Zbigniew Brzezinski, Henry Kissinger, John Mearsheimer and Stephen Walt, Samuel Huntington and Robert Kaplan. The argument is that such authors, although they fit within the Realist School of International Relations, have shown different positions regarding the place of Eurasia and the Western Hemisphere, and of Mexico in particular, in the security and in the geostrategic actions of the United States. The paper is based on books and original articles by the authors, and very marginally in interviews and secondary texts about the authors.

Keywords: United States. Geopolitics. Security.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLACKWILL, R. & HARIS, J. (2016), *War by other means*, New York: CFR.
- BRZEZINSKI, Z. (1986). *Game Plan*. Atlantic Monthly Press.
- _____. (2012a). *Strategic Vision. America and the crisis of Global Power*. New York: Basic Books.
- _____. (2012b). "Balancing the East, Upgrading the West - U.S. Grand Strategy in an Age of Upheaval", In *Foreign Affairs*, January/February 2012.
- HAMILTON, A. (1787). *Federalist*. Disponível em: <http://www.foundingfathers.info/federalistpapers/hamilton.htm>
- HUNTINGTON, Samuel. *Who Are We: The Challenges to America's National Identity*. Simon & Schuster; Edição: Reprint (5 de dezembro de 2005)
- KAPLAN, R. (2015). *A vingança da geografia*. São Paulo: Elsevier.
- KISSINGER, H. (2014). *A Ordem Mundial*. Editora Objetiva, 2015.
- _____. (2015). "The Interview: Henry Kissinger". In *National Interest*, August 19, 2015, Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/the-interview-henry-kissinger-13615>
- _____. (2016a). "Interview to CBS". In *Face the Nation* (Transcript). December 18, 2016. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/face-the-nation-transcript-conway-kissinger-donilon/>
- _____. (2016b). "Kissinger's vision on US-Russia Relations" (Kissinger's speech in Moscow). In *The National Interest*, February 04, 2016. Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/kissingers-vision-us-russia-relations-15111>
- KLARE, M. (2008). *Rising Powers, Shrinking Planet*. New York: Metropolitan Books.
- _____. (2004). *Blood and oil*. New York: Owl Books.
- MACKINDER, H. J. (1904). "The geographical pivot of history". In *The Geographical Journal*, 1904, 23, pp. 421-37.
- MAHAN, A.T. (1890). *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*. British Library, Historical Print Editions.
- MEARSHEIMER, John (2004). "Why China's Rise Will Not Be Peaceful". September 17, 2004. Disponível em: <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034b.pdf>
- MEARSHEIMER, John, WALT, Stephen (2016). "The Case for Offshore

Balancing". In *Foreign Affairs*, July/August 2016.

MEDEIROS, C., SERRANO, F. (1999) "Padrões monetários internacionais e crescimento", em Fiori, J. L. (ed.), *Estado e Moedas...* Petrópolis: Vozes.

SPYKMAN, N. (1942). *Estados Unidos frente al mundo*. Fondo de Cultura, 1944.

UNCTAD (2003). *Trade and Development Report, 2003*. Geneva: UN.

Recebido em: 11/06/2018

Aprovado em: 03/09/2018